

ECONOMIA

COMBUSTÍVEIS

Cenário de guerra impulsiona debate sobre futuro da cana

Evento em Ribeirão Preto reúne ‘pesos pesados’ do setor, que esperam oportunidades para o mercado de biocombustíveis, como resposta a alta nos preços da gasolina e do diesel

DA REDAÇÃO
redacao@jornalribeirao.com.br

Os principais produtores de cana-de-açúcar da região se reuniram esta semana, em Ribeirão Preto, para discutir oportunidades para o setor em meio a mais uma crise internacional de petróleo. O cenário internacional foi um dos temas do Cana Summit, realizado pela Orplana (Organização de Associações de Produtores de Cana do Brasil).

O Brasil registrou queda de mais de 14% nas exportações de Etanol em 2025, na comparação com o ano anterior, cenário que pode ser alterado com a guerra entre Estados Unidos, Irã e Israel.

“As discussões vão pairar sobre o Golfo Pérsico, a guerra que está acontecendo entre Irã, Israel e Estados Unidos. Obviamente isso afeta diretamente o preço do barril do petróleo, que impacta os produtores de duas formas: nos custos, através do diesel e fertilizantes, mas em contrapartida o preço da gasolina do mundo deve aumentar e isso demonstra mais uma vez a importância do etanol. Ele traz a solução, resolvendo os pontos para esse conflito geopolítico”, avalia José Guilherme Nogueira, CEO da organização.

O conflito é tema de um dos painéis do evento.

A cerimônia de abertu-



Abertura contou com a presença de autoridades, como o governador Tarcísio de Freitas

ra do Cana Summit contou com a presença de autoridades como o governador Tarcísio de Freitas.

Acordo

Nesta quinta-feira (16), ao final do evento, Orplana e Unica (União da Indústria de Cana-de-Açúcar e Bioenergia) vão ratificar a assinatura do memorando de de Entendimento (MoU) que consolida um novo patamar para o CONSECANA-SP — principal referência na relação entre produtores e indústria em todo o estado de

São Paulo.

O acordo tem dois eixos: a implementação integral da revisão técnica e econômica do modelo, a partir do trabalho desenvolvido pelo Centro de Estudos do Agronegócio da Fundação Getúlio Vargas (FGV Agro), e a modernização da governança do CONSECANA-SP, com regras mais estáveis para toda a cadeia.

Os critérios técnico-econômicos serão atualizados e a representação de indústria e produtores nas decisões do setor, reforçada — com con-

solidação da participação do produtor de cana.

“Este acordo representa a maturidade do nosso setor. Indústria e produtores reafirmam que sabem construir juntos — e é isso que nos torna referência”, afirma Evandro Gussi, Presidente-Executivo da UNICA.

“A ORPLANA sempre defendeu rigor técnico e governança paritária. Este MoU honra esses dois princípios e abre um ciclo promissor para o Setor” completou Roberto Cestari, Presidente do Conselho da ORPLANA.

MERCADO

Mutirão oferece 500 vagas de emprego em Ribeirão

DA REDAÇÃO
redacao@jornalribeirao.com.br

A Prefeitura de Ribeirão Preto, por meio da Secretaria Municipal de Inovação e Desenvolvimento, realiza nesta sexta-feira, 17 de abril, mais um Mutirão Emprega Ribeirão. A ação acontece das 9h às 13h, no CEU das Artes, localizado na Rua Benedito Jacinto de Souza, 330, no bairro Ribeirão Verde.

Com a participação de cerca de 25 empresas parceiras, o mutirão vai disponibilizar mais de 500 vagas de emprego em diferentes

áreas e níveis de escolaridade. Há oportunidades para pessoas com deficiência (PCDs) e também para jovens aprendizes, ampliando o acesso ao mercado de trabalho para diferentes perfis.

Entre as vagas ofertadas estão cargos como açougueiro, ajudante de carga e descarga, ajudante de obras, almoxarife, atendente de lanchonete, auxiliar de armazenamento, auxiliar de cozinha, auxiliar de escritório, auxiliar de limpeza, auxiliar de produção, costureiro, eletricista, encanador industrial, garçom, mecânico de automóvel, operador

de caixa, pedreiro, repositor, soldador, técnico de manutenção eletrônica, vendedor, vigilante, entre outros.

Os salários variam de R\$ 1.680 a R\$ 5.800, contemplando ampla concorrência.

O mutirão integra o Programa Emprega Mais Ribeirão, lançado em 2025, com foco na ampliação de oportunidades de trabalho e geração de renda.

A iniciativa é desenvolvida em parceria com instituições como IBEE, SINCOMERCIÁRIOS, SINCOVARP e CDL, que atuam na qualificação profissional e na intermediação de vagas



Mutirão acontece no Céu das Artes

LDO

Governo propõe salário mínimo de R\$ 1.717 para 2027

AGÊNCIA BRASIL
redacao@jornalribeirao.com.br

O governo federal propôs um salário mínimo de R\$ 1.717 para o ano que vem, com aumento nominal de 5,92%. O valor consta do Projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO) de 2027, enviado nesta quarta-feira (15) ao Congresso Nacional.

O reajuste segue a projeção de 3,06% para o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) para os 12 meses terminados em novembro mais o crescimento da economia em 2025, limitado ao crescimento de gastos de 2,5% acima da inflação, determinado pelo arcabouço fiscal. A estimativa para o INPC também consta do PLDO.

O projeto também apresentou previsões de R\$ 1.812 para o salário mínimo em 2028, de R\$ 1.913 para 2029 e de R\$ 2.020 para 2030. As projeções são preliminares e serão revistas no PLDO dos próximos anos.

O mínimo tem impacto direto nas contas públicas, já que é usado como parâmetro para o pagamento de aposentadorias e programas sociais, como o BPC (Benefício de Prestação Continuada).

Em 2023, o salário mínimo voltou a ser corrigido pelo INPC do ano anterior mais o crescimento do PIB, soma das riquezas produzidas pelo país, de dois anos antes. Essa fórmula vigorou de 2006 a 2019. Por essa regra, o salário mínimo aumentaria 2,3% acima do INPC.

O pacote de corte de gastos aprovado no fim de 2024, no entanto, limitou o crescimento. Isso porque o salário mínimo entrou nos limites do arcabouço fiscal, que prevê crescimento real (acima da inflação) dos gastos entre 0,6% e 2,5%. Como o crescimento de 2,3% no PIB está abaixo do teto de 2,5%, a expansão da economia em 2025 poderá ser aplicada.

O Orçamento da União é definido por três leis: o Plano Plurianual (PPA), que vale por quatro anos; a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), que estabelece as metas e prioridades da administração pública federal para o ano seguinte; e a Lei Orçamentária Anual (LOA), que é o Orçamento da União para determinado ano.

O Congresso vota essas leis, fiscaliza os gastos e julga a prestação de contas do Governo.